



# RIIDE BRASIL

REDE INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM DIREITO EDUCATIVO

# ANNAIS

II CNIDE

II CONGRESSO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM DIREITO EDUCATIVO  
I ENCONTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM DIREITO EDUCATIVO

**Organizadores:**

Luci Mary Duso Pacheco

Eliane Cadoná

Daniel Pulcherio Fensterseifer



**II CONGRESSO NACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM DIREITO  
EDUCATIVO (CNIDE)**

**ANAI S**



**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA  
DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES**

REITOR

**Arnaldo Nogaro**

PRÓ-REITOR DE ENSINO

**Edite Maria Sudbrack**

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

**Neusa Maria John Scheid**

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

**Nestor Henrique de Cesaro**

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

**Silvia Regina Canan**

Diretora Acadêmica

**Elisabete Cerutti**

Diretor Administrativo

**Clóvis Quadros Hempel**

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

**Paulo José Sponchiado**

Diretor Acadêmico

**Adilson Luis Stankiewicz**

Diretor Administrativo

**Paulo José Sponchiado**

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretor Geral

**Gilberto Pacheco**

Diretor Acadêmico

**Marcelo Paulo Stracke**

Diretora Administrativa

**Berenice Beatriz Rossner Wbatuba**

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

**Michele Noal Beltrão**

Diretor Acadêmico

**Claiton Ruviano**

Diretora Administrativa

**Rita de Cássia Finamor Nicola**

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

**Dinara Bortoli Tomasi**

Diretora Acadêmica

**Renata Barth Machado**

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

**Luiz Valentim Zorzo**



**II CONGRESSO NACIONAL DE  
INVESTIGAÇÃO EM DIREITO  
EDUCATIVO (CNIDE)**

**Organização do evento**

Programa de Pós-graduação em

Educação - URI/FW

RIIDE - Brasil

**Comissão Científica**

Ana Paula Teixeira Porto

Arnaldo Nogaro

Daniel Pulcherio Fensterseifer

Edite Maria Sudbrack

Eliane Cadona

Elisabete Cerutti

Jaqueline Moll

Jordana Wruck Timm

Luana Teixeira Porto

Luci Mary Duso Pacheco

Luci Teresinha Marchiori Dos Santos Bernardi

Martin Kunh

Silvia Regina Canan

**Organização das actas**

Luci Mary Duso Pacheco

Daniel Pulcherio

Eliane Cadoná

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS  
MISSÕES  
CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

II CONGRESSO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO  
EM DIREITO EDUCATIVO (CNIDE)

ANAIS

**Organizadoras**

Luci Mary Duso Pacheco

Daniel Pulcherio Fensterseifer

Eliane Cadoná



Frederico Westphalen

2020



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

**Organização:** Luci Mary Duso Pacheco; Daniel Pulcherio Fensterseifer; Eliane Cadoná

**Revisão Metodológica:** Responsabilidade dos(as) autores(as)

**Revisão Linguística:** Responsabilidade dos(as) autores(as)

**Diagramação:** Editora URI – Frederico Westph

**Capa/Arte:** Silvana Kliszcz

**O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).**

Catálogo na Fonte elaborada pela  
Biblioteca Central URI/FW

C749a Congresso nacional de investigação em direito educativo (2. : 2020 :  
*Frederico Westphalen – RS*)

Anais [do] Congresso Nacional De Investigação Em Direito Educativo  
(CNIDE) / Organizadores: Luci Mary Duso Pacheco...[et al]. - Frederico  
Westphalen, RS - 2020.

69p. recurso online.

ISBN: 978-65-89066-09-5

1. Educação 2. Direito Educativo 3. Pandemia 4. Tecnologias Digitais  
5. Formação de Professores I. Título II. Pacheco, Luci Mary Duso

C.D.U.: 37

Catálogo na fonte: bibliotecária Andréia Mazzonetto Zanon CRB 10/2626



URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prédio 9

Campus de Frederico Westphalen

Rua Assis Brasil, 709 - CEP 98400-000

Tel.: 55 3744 9223 - Fax: 55 3744-9265

E-mail: [editora@uri.edu.br](mailto:editora@uri.edu.br)

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>A MEDIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COM OS FILHOS DURANTE O PERÍODO DE RECESSO ESCOLAR DEVIDO À PANDEMIA DA COVID-19 .....</b>	<b>11</b>
Silvana Colombo; Leana Raquel Ribeiro	
<b>A THERAPEUTIC JURISPRUDENCE E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL .....</b>	<b>13</b>
Rochana Basso; Daniel Pulcherio Ferstenseifer	
<b>ANÍSIO TEIXEIRA: UMA VIDA DEDICADA À EDUCAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
Caroline Luísa Ludwig Führ; Jaqueline Moll	
<b>O DIREITO À EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR .....</b>	<b>17</b>
Maria Cristina Gubiani Aita	
<b>CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA .....</b>	<b>19</b>
Sarah Sides; Tatiane Munareto; Lizandra Andrade Nascimento	
<b>DIREITO À SAÚDE: DE 1988 AOS DIAS ATUAIS.....</b>	<b>21</b>
Daniele Freitas Bica Madalozzo; Lucí dos Santos Bernardi	
<b>INCLUSÃO DIGITAL EDUCACIONAL EM TEMPOS PANDÊMICOS .....</b>	<b>24</b>
Erika Aparecida de Souza; Eduardo Sete	
<b>QUATRO TRONCOS MISSIONEIROS: A DIFUSÃO DA NOSSA CULTURA ENQUANTO DIREITO DE CIDADANIA .....</b>	<b>26</b>
Regina Tayrini Bassani Carpenedo	

<b>FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA AS JUVENTUDES DOS NOVOS TEMPOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA.....</b>	<b>28</b>
Marivaldo Souza Dos Santos	
<b>O DIREITO À EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE ACESSÍVEL A TODOS .....</b>	<b>30</b>
Tatiane Foletto Munareto; Sarah Ferreira Sides; Lizandra Andrade Nascimento	
<b>EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO INFANTIL: ABORDAGENS E CONCEPÇÕES A PARTIR DA BNCC.....</b>	<b>32</b>
Kéli Bender; Silvia Canan; Claudionei Vicente Cassol	
<b>ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DESAFIOS DA INCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
Claudete Andrade de Freitas; Edite Sudbrack	
<b>O FUNCIONÁRIO ESCOLAR COMO EDUCADOR: FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM UM MUNICÍPIO DO MT .....</b>	<b>36</b>
Elke Luanne da Silva Xavier; Edite Maria Sudbrack	
<b>BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA: direito de brincar e aprender.....</b>	<b>38</b>
Geovana Anschau Souza; Rosane de Fátima Ferrari	
<b>A INSERÇÃO DAS FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PELAS NOVAS DCNS NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA SOCIEDADE .....</b>	<b>40</b>
Daniel Pulcherio Fensterseifer; Janaina Rossarolla Bando	
<b>EDUCAÇÃO PARA TODOS? O DIREITO ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO CONTEXTO INTERNACIONAL.....</b>	<b>42</b>
Dâmaris Pereira dos Santos; Giselle Cristina Martins Real	
<b>DIREITO EDUCATIVO E DIREITO À LITERATURA .....</b>	<b>44</b>
Jane Maria Fiori	

<b>DIREITO EDUCATIVO E EXCLUSÃO SOCIAL: O APAGAMENTO DO NEGRO EM LIVROS LITERÁRIOS .....</b>	<b>45</b>
Cassiano Assunção; Luana Teixeira Porto	
<b>O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS ESCOLAS EM PERÍODO PANDÊMICO: A COVID-19 E AS TRANSFORMAÇÕES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS .....</b>	<b>47</b>
Marijane de Oliveira Soares; Ana Paula Teixeira Porto	
<b>OLÁ! VOCÊ ESTÁ AÍ? A RESILIÊNCIA DOCENTE NA PANDEMIA .....</b>	<b>50</b>
Mariusca Rachevski; Eliane Cadoná	
<b>ANÁLISE DA OFERTA DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS NÃO DOCENTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS NUM MUNICÍPIO DO MT .....</b>	<b>52</b>
Silvia Regina de Oliveira; Edite Maria Sudbrack	
<b>DIRETO À EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS COMO RECURSO DIDÁTICO NAS ATIVIDADES A DISTÂNCIA .....</b>	<b>54</b>
Carlise Diell	
<b>TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA: DE REPENTE, DIGITAL .....</b>	<b>55</b>
Judite Inês Schreiner Gauer; Elisabete Cerutti	
<b>UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DIGITAIS NO ENSINO MÉDIO EM TEMPOS DE PANDÊMIA: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA SOBRE A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DIGITAIS.....</b>	<b>57</b>
Thiago Roberto Baldissarelli; Eliane Cadoná	
<b>BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA: DIREITO DE BRINCAR E APRENDER .....</b>	<b>58</b>
Geovana Anschau Souza; Rosane de Fátima Ferrari	
<b>ANÍSIO TEIXEIRA: UMA VIDA DEDICADA À EDUCAÇÃO .....</b>	<b>60</b>
Caroline Luísa Ludwig Führ; Jaqueline Moll	



<b>O DIREITO À EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR .....</b>	<b>62</b>
Maria Cristina Gubiani Aita; Jaqueline Moll	
<b>QUATRO TRONCOS MISSIONEIRAS: A DIFUSÃO DA NOSSA CULTURA ENQUANTO DIREITO DE CIDADANIA .....</b>	<b>64</b>
Regina Tayrini Bassani Carpenedo; Lizandra Andrade Nascimento	
<b>DIREITO À DESCONEXÃO DOS PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA.....</b>	<b>66</b>
Daniela Jéssica Veroneze; Chanauana de Azevedo Canci; Jaqueline Moll	
<b>TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19: COMO FICAM O TRABALHO E A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES? .....</b>	<b>68</b>
Daniela Jéssica Veroneze; Chanauana de Azevedo Canci; Arnaldo Nogaro	

# APRESENTAÇÃO

Estes Anais apresentam trabalhos completos e resumos simples apresentados no II CNIDE, que reuniu o II Congresso Nacional de Investigação em Direito Educativo, I Encontro Internacional de Investigação em Direito Educativo - 2020., e foi realizado nos dias 15 e 16 de dezembro pelo Programa de Pós-graduação em Educação da URI, Câmpus de Frederico Wesphalen.

No evento, o tema “Direito Educativo, Desigualdades sociais e Transformações em Tempos de Pandemia” despertou interesse de mais de 500 participantes que efetivaram sua inscrição ao evento e que mostra a relevância da abordagem proposta e sua atualidade. Assim, reuniram-se pesquisadores e profissionais da educação do Brasil, Espanha, Costa Rica, México, Portugal, oportunizando o debate e a reflexão sobre as desigualdades sociais e quais as transformações que houveram pós-Pandemia e seus desafios educativos.

O evento objetivou promover, de forma crítica, problematizações acerca do Direito Educativo em tempos de Pandemia, com fins de articular suas perspectivas às desigualdades sociais apresentadas, lançando possibilidades de transformações e (re)invenções para promoção de cidadania e qualidade de vida. E muitas das reflexões e debates expostos em diferentes trabalhos estão publicizados nestes Anais, que se constituem não só como um registro das comunicações orais exibidas e traduzidas em forma de artigos e resumos, mas também uma memória de um momento significativo para 76 pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e de outros países que se propuseram a pensar o tema proposto.

Esperamos que os trabalhos completos sejam apreciados por todos os seus leitores e que as ideias e discussões apontadas em cada texto sejam horizonte de abertura do olhar sobre o direito educativo e todas as abordagens significativas que versam sobre as transformações e temáticas.

# A MEDIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COM OS FILHOS DURANTE O PERÍODO DE RECESSO ESCOLAR DEVIDO À PANDEMIA DA COVID-19

*Silvana Colombo<sup>1</sup>*

*Leana Raquel Ribeiro<sup>2</sup>*

O presente resumo tem por tema a utilização da mediação para resolver os conflitos decorrentes dos problemas familiares no âmbito jurídico. A pandemia da COVID-19 é uma situação imprevisível que causou enorme desproporção nos litígios e relações juridicamente tutelados. Diante destes novos fatores, questiona-se acerca da contribuição da mediação na construção de uma comunicação colaborativa entre os pais, que facilite o diálogo em casos complexos, como por exemplo, divórcio, guarda de filhos, alimentos e parentalidade socioafetiva. Optou-se como método de abordagem para desenvolver o tema escolhido, o método dedutivo, pois a primeira parte da pesquisa aborda a teoria geral do conflito e, para depois apresentar o papel da mediação na construção de uma solução dos conflitos decorrentes da convivência com os filhos durante a pandemia do COVID19. Nesta perspectiva, é preciso pontuar que a mediação pode ser realizada por meio da internet ou por outro meio de comunicação que possibilite a transação à distância, em conformidade com o artigo 46 da Lei nº. 13.140/2015, mediante a anuência das partes. Além de o legislador ter respeitado um dos pilares da mediação que é a flexibilidade do procedimento, no atual momento vivenciado pelos brasileiros que estão em isolamento social, a utilização da mediação online é uma alternativa viável. A pandemia impacta também o direito de família e o direito sucessório. Estes impactos afetam os pais que têm guarda compartilhada dos filhos, assim como as dívidas alimentares, a possibilidade de renegociação e a prisão domiciliar para os devedores de

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (2002), mestrado em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (2006) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2018). É docente titular do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai. Participa dos Grupos de Pesquisa: Os efeitos sociais e econômicos das decisões administrativas e sociais ambientais (PUC/PR) Therapeutic Jurisprudence (URI). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Teoria do direito, mecanismos consensuais de resolução de conflitos, especialmente na área ambiental.

<sup>2</sup> Graduanda em direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões campus Frderico Westphalen.

alimentos e mulheres presas que tem filhos menores. Nesta perspectiva, a mediação na resolução de conflitos entre as partes responsáveis pela guarda de menores, é um mecanismo que pode ser utilizado para preservar o melhor interesse da criança. Não é tempo de levar ao poder judiciário, burocrático e cheio, os litígios, e sim tempo de diálogo e de resgate da autonomia das partes para gerar soluções criativas e benéficas para todos os lados envolvidos. Concluiu-se que a mediação é uma ferramenta não apenas célere e efetiva para resolver os conflitos, mas que também pode contribuir para a afirmação da solidariedade social, transmutada na ideia de cooperação, responsabilidade social, igualdade substancial e justiça distributiva.

**Palavras-chave:** Mediação. Direito De Família. Mediação Em Tempos De Pandemia

## A THERAPEUTIC JURISPRUDENCE E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Rochana Basso<sup>1</sup>

Daniel Pulcherio Ferstenseifer<sup>2</sup>

Esse resumo versa sobre a relação da *Therapeutic Jurisprudence* (TJ) com as políticas públicas educacionais. Tem como objetivo trazer para a discussão acadêmica essa temática ainda pouco discutida em nível de Brasil. Usa-se da pesquisa exploratória como procedimento metodológico a fim de alcançar o propósito desse estudo. São encontradas discussões teóricas a respeito da TJ na *International Society for Therapeutic Jurisprudence* e pela Associação Iberoamericana de *Therapeutic Jurisprudence*, entre outras fontes pontuais. Privilegia-se nesse momento, as contribuições feitas por Wexler (2018), o qual conceitua TJ como sendo o estudo da função da lei como agente terapêutico, entendendo que a própria lei é causadora de impactos emocionais, podendo igualmente afetar o bem-estar psicológico dos indivíduos. A TJ tem o condão de analisar os aspectos humanos da lei, dando atenção ao lado psicoemocional, pois considera a lei como uma força social passível de causar condutas e consequências. Seu intuito é que a lei possa ser cumprida e aplicada de modo mais terapêutico, compreendido como mais humano. Para esse fim, é importante distinguir as categorias que compõe a lei, quais sejam: a) normas legais, que é a positivação da legislação, a letra fria da lei; b) procedimentos legais, entendidos como a operacionalidade da lei, o aspecto formal, o cenário da audiência; c) rol de atores sociais, composto por juízes, advogados, psicólogos, assistentes sociais, enfim, todos os operadores que compõe a formalização do processo, o procedimento. A TJ tem especial atenção a literatura promissora de outras áreas tais como a psicologia, a psiquiatria, as ciências do comportamento, a criminologia e o trabalho social. O atual pensamento da TJ encoraja as pessoas a pensarem criativamente sobre como os desenvolvimentos promissores podem ser introduzidos no sistema legal. Dessa forma, é necessário rever as formas como as políticas públicas educacionais têm sido aplicadas no espaço prisional, a fim de que possam alcançar a equidade e efetivamente materializem aquilo que a legislação

---

<sup>1</sup> Bel em Direito. Especialista em Direito Civil e Processual Civil. Especialista em Direito Notarial e Registral. Mestranda em Educação URI/FW. E-mail: bassorochana@gmail.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Direito. URI/FW. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

textualmente promulga assegurar. Assim, firma-se que as políticas públicas educacionais além de serem indispensáveis precisam ser repensadas e adequadas na perspectiva da teoria-prática mais eficaz.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais. Legislação. Efeito terapêutico.

## ANÍSIO TEIXEIRA: UMA VIDA DEDICADA À EDUCAÇÃO

*Caroline Luísa Ludwig Führ<sup>1</sup>*

*Jaqueline Moll<sup>2</sup>*

Esse estudo tem como objetivo apresentar algumas considerações históricas sobre a obra e o legado deixado pelo educador Anísio Spínola Teixeira, um dos mais representativos intelectuais brasileiros do século XX. Sua trajetória é admirável, bem como sua persistência na defesa da democracia e da educação para a democracia, que constitui o motivo central de devotamento de sua vida. Destacar as contribuições de Anísio Teixeira para a educação brasileira no ano em que se comemora os 120 anos do seu nascimento é uma homenagem a um dos maiores defensores do direito à educação de nosso país. Um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Anísio Teixeira fez parte de uma geração de intelectuais cuja preocupação maior, na primeira metade do século XX, foi organizar a nação e forjar o povo através de uma cultura que priorizasse a unidade pela instrução pública, o direito social e a democratização de um ensino de qualidade. O presente resumo destaca momentos decisivos da sua biografia, sua inspiração e devoção ao filósofo norte-americano John Dewey, de quem foi aluno, além de evidenciar suas motivações enquanto educador. Pioneiro na luta pela implantação das escolas públicas em todos os níveis, Anísio defendia que a escola deveria ser gratuita, laica, democrática e de tempo integral para professores e alunos, como a Escola Parque, por ele fundada em Salvador, e mais tarde também na cidade do Rio de Janeiro e em Brasília. O educador propôs, além deste modelo escolar, a criação de fundos financeiros para a educação, sendo o estudioso que pensou a educação em todas as suas esferas, desde o seu financiamento até sua parte pedagógica. Estudar Anísio Teixeira nos dias de hoje nos permite afirmar que este era um homem à frente do seu tempo, e foi sem dúvida uma figura ímpar na história de nosso país, que lutou e buscou incansavelmente a democratização e universalização do ensino e da pesquisa como alternativa

---

<sup>1</sup> Professora da EMEF Padre Antonio Michels de São Martinho-RS. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: cllfuhr@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: química da vida e saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jaquelinemoll@gmail.com.

necessária para o avanço e progresso do país. Que seu legado e sua luta não tenham sido em vão e possam ainda hoje nos servir de inspiração e assim como ele, possamos continuar lutando e acreditando que uma sociedade, um país melhor, começa a ser construído dentro de nossas escolas, pelas mãos de nossos professores.

**Palavras-chave:** Educação brasileira. Educação para a democracia. Escola Pública.

## **REFERÊNCIA**

TEIXEIRA, Anísio Spínola. A educação escolar no Brasil. In: FORACCHI, Marialice M.; PEREIRA, Luiz. **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. 12. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985. p. 388-413.



## O DIREITO À EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR

*Maria Cristina Gubiani Aita<sup>1</sup>*

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus atos normativos, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação básica (CURY,2002). No Brasil a Constituição Federal de 1988 é um marco no processo de redemocratização, especialmente no que se refere ao direito à educação pública e de qualidade para todos. O presente trabalho tem como tema a Educação Integral enquanto direito dos estudantes a outros tempos e espaços de formação humana e objetiva apresentar as propostas que foram consideradas como indutoras das políticas de Educação Integral, no país. Este estudo parte de um levantamento bibliográfico, considerando as publicações em livros, periódicos que abordam o tema, e documental, para extrair informações sobre o Programa Mais Educação, foco deste estudo. Como resultados podemos destacar dois educadores que estiveram à frente de uma tomada de consciência da realidade educacional, em determinado período, resgatando a educação pública e a escola democrática e progressista, que têm como postulado a liberdade de pensamento e a igualdade de oportunidade para todos. Do legado destes educadores, referenciamos Anísio Teixeira pela notoriedade de sua contribuição para a educação e pela proposta para a organização do ensino básico brasileiro como política pública, a Escola Parque, que foi considerada inovadora por ofertar a educação pública com qualidade. Nascia aqui a proposta de educação integral. Também merece destaque os Centros Integrados de Educação Pública, idealizados por Darcy Ribeiro. As propostas acima referidas, conforme Mol (2012), foram consideradas dois marcos significativos no século XX, no que se refere ao debate da educação integral, compreendida como educação escolar de dia inteiro. Há reiteradas manifestações que reforçam a importância da Educação integral, seja nos textos legais, Declarações e diretrizes que propõem a ampliação da jornada escolar, com um currículo concebido a partir de um novo projeto educativo. Criado pela Portaria Interministerial 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, o Programa Mais Educação (PME) foi

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen. Mestre em Educação pela Unisinos. Doutoranda em Educação -PPGEDU/URI-Câmpus de Frederico Westphalen. maita@uri.edu.br.

pensado a partir de uma agenda de educação integral e da desnaturalização da escola de turno único, para as redes públicas de ensino, ampliando a jornada escolar para no mínimo sete horas diárias, com a oferta de atividades optativas nos macrocampos. Vários documentos foram elaborados, dos quais citamos: Série Mais Educação. Educação Integral. Texto Referência para debate (2009); Série Mais Educação. Gestão Intersetorial no território (2009). Programa Mais Educação.: passo a passo (2011); Manual Operacional de Educação Integral (2012). De acordo com a BNCC (2017) independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral está comprometido com a construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes e com os desafios da sociedade contemporânea. As escolas, nos mais variados territórios do Brasil, que aderiram ao PME, puderam vivenciar movimentos de aprendizado e de coletividade, novos tempos e espaços educativos ultrapassando a perspectiva de que somente a escola de turno único é responsável pelo direito à educação e à formação humana e integral necessária aos estudantes.

**Palavras-chave:** Direito. Educação integral. Escola.

# CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

*Sarah Sides<sup>1</sup>*

*Tatiane Munareto<sup>2</sup>*

*Lizandra Andrade Nascimento<sup>3</sup>*

Introdução A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui-se como um problema sério em nossa sociedade; a criação em 1990 do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) e dos Conselhos Tutelares fizeram com que as violências cometidas nesses indivíduos fossem responsabilizadas, trazendo consequências a quem os comete. Contudo, a discussão sobre o tema ainda é um tabu. Por isso, abordar o problema configura-se como um passo importante para o seu enfrentamento. Os estudos, reflexões e diálogo são fundamentais como formas de ampliação de conhecimentos, como alerta às pessoas e informação às crianças e adolescentes. Dentre os desdobramentos esperados, destacam-se as possibilidades de conversas nas escolas, nas famílias e nos locais de convivência. Objetivos: investigar os impactos do abuso e demais formas de violência na vida dos indivíduos, analisando as marcas e traumas que permeiam a constituição psíquica dos sujeitos. Metodologia: foi utilizada a revisão de literatura, buscando artigos que tratam da temática para embasar nossas reflexões. A partir da busca de dados, almeja-se compreender os impactos da violência nos indivíduos afetados e em seu contexto, posto que há uma tendência à reprodução e/ou à retroalimentação do ciclo da violência. Resultados: Entre 2011 e 2017, no Brasil, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. A mobilização de uma rede de proteção integral, de toda a equipe multidisciplinar (profissionais da área da

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: sarahsides2000@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: tati10munareto@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Professora na URI – São Luiz Gonzaga. Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da URI-SLG. Atua na área da Educação, com ênfase em Psicologia da Aprendizagem e Relações Humanas. E-mail: lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.br

saúde, juízes, educadores) é de extrema importância pois são detentores de responsabilidade social; proteger, acolher e principalmente prevenir é de responsabilidade de toda a sociedade. Conclusão: Diante dos dados, são necessários o debate e a normalização da temática, uma vez que é de responsabilidade de toda equipe multidisciplinar conhecer mais a fundo o tema, para que assim surjam estratégias que cooperem para a erradicação da violência e para a garantia da saúde e da qualidade de vida das crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Abuso sexual. Consequências psicológicas. Violência. Equipe multidisciplinar.

## DIREITO À SAÚDE: DE 1988 AOS DIAS ATUAIS

*Daniele Freitas Bica Madalozzo<sup>1</sup>*

*Lucí dos Santos Bernardi<sup>2</sup>*

O presente trabalho, de cunho bibliográfico, tem por objetivo apresentar elementos da história da saúde pública no Brasil que corroboram para entender aspectos do funcionamento da saúde atual. A grande mudança para a população se deu na promulgação da Constituição de 1988 que ocorre em um momento histórico de crise fiscal e insatisfação do povo em relação ao estado autoritário, propiciando o avanço de lutas democráticas por todo país. É o processo de redemocratização que está se iniciando. A democratização na saúde fortaleceu-se no movimento pela Reforma Sanitária, organizando suas propostas na VIII Conferência Nacional de Saúde, de 1986, que conferiu as bases para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nessa conferência, o conceito de saúde é apresentado como: “Em sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e o acesso a serviços de saúde”. Na formação do SUS se instituí três principais diretrizes que são: Universalidade, Equidade e Integralidade. A Universalidade é a garantia de que todos os cidadãos devem ter acesso aos serviços de saúde públicos e privados conveniados, em todos os níveis de saúde. O princípio da Equidade assegura que pode haver uma discriminação positiva em casos especiais em que a prioridade deve ser dada a quem tem mais necessidades. Por fim, a Integralidade, prevê que o olhar sobre o paciente deva ser amplo, articulando prevenção, atendimento curativo e reabilitação. Apesar de declarada como um direito constitucional, a população brasileira enfrenta desafios diversos para ter a saúde assegurada pelo Estado na amplitude do seu conteúdo como os expostos acima. Neste ano de 2020, a saúde foi um assunto amplamente comentados e que trouxe preocupação para a casa de cada um/a e de todos no mundo, em função da Pandemia de COVID-19 que estamos enfrentando. E então, diante dessa leitura prévia de leis e deveres por parte do Estado, nos perguntamos se o cidadão brasileiro

---

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

está tendo esse amplo direito à saúde que foi instituído há 32 anos atrás. A pandemia expos cruelmente a falta de recursos e a má gestão da saúde por parte do governo. Em várias cidades houve falta de leito, falta de medicamentos, falta de profissionais habilitados para o atendimento e falta de médicos para repor os que necessitaram se afastar pela doença. Sabemos que é difícil estar bem preparado para uma pandemia dessa proporção, mas também sabemos que as verbas de saúde são roubadas e desviadas há muito tempo. Nos jornais há a apelação para que a população “se cuide” e “faça a sua parte”, mas e o governo, faz a sua? A simples declaração de direitos como preconiza a nossa Constituição e segundo as diretrizes do SUS não satisfaz a nenhum cidadão. Precisamos promoção da cidadania e qualidade de vida. Que este trabalho nos ajude a lembrar que a saúde é um direito nosso e que devemos exigir e cobrar de nossos governantes que nossos direitos sejam cumpridos.

**Palavras-chave:** Direito. Saúde.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa de 1988, Constituicao-  
Compilado Disponível em: [planalto.gov.br](http://planalto.gov.br). Acesso em 25 nov. 2020.

BRITO-SILVA, Keila; BEZERRA, Adriana F. Benjamin; TANAKA, Oswaldo Yoshimi. Direito à saúde e integralidade: uma discussão sobre os desafios e caminhos para sua efetivação. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 249-260, mar. 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832012000100019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000100019&lng=en&nrm=iso). Acesso em 25 nov. 2020.

DALLARI, Sueli Gandolfi. O direito à saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 57-63, fev. 1988. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101988000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101988000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em 25 nov. 2020.

SILVA, Michelle E. de Assis. Direito à saúde: evolução histórica, atuação estatal e aplicação da teoria de Karl Popper. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, v. 9, n. 2, p. 4 - 22, 8 jun. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/12251>. Acesso em 25 nov. 2020.

Cronologia Histórica da Saúde Pública - Fundação Nacional de Saúde.  
Disponível em: [funasa.gov.br](http://funasa.gov.br). Acesso em 25 nov. 2020.

**DUNCAN, Bruce B; SCHIMIDT, Maria Ines; GIUGLIANI, Elsa R. J. . Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

## INCLUSÃO DIGITAL EDUCACIONAL EM TEMPOS PANDÊMICOS

*Erika Aparecida de Souza*

*Eduardo Sete*

Debater o contexto digital na educação em face das desigualdades sociais é uma proposta que se faz pertinente no atual contexto em que vivemos a pandemia do COVID-19 mundialmente. Ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais se fazem importantes para o andamento do ensino híbrido, encontram-se muitas crianças e adolescentes com dificuldades de acesso à internet. Mesmo aqueles que têm acesso facilitado da internet, enumeram-se muitos relatos de professores da Educação Básica que seus alunos têm dificuldade para desempenhar as tarefas solicitadas, principalmente no que se refere ao uso das ferramentas que a internet dispõe. A constituição federal de 1988 (CF/88) serve como aparato dos direitos e deveres dos brasileiros, como rege os princípios do Art. 6º que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação da EC 90/2015). Na esfera educacional, os alunos estão conhecendo uma frenética era digital de informações que se tornou parte integrante de sua vida. Podemos nos perguntar: “como fazer a inclusão digital na esfera educacional? “. A inclusão digital deve-se estar inserida no direito ao estudante, ter o acesso à tecnologia para desenvolver seu estudo no ensino-aprendizagem. Considerando isso, este trabalho aborda a inclusão digital inserida no contexto educacional das aulas síncronas. Investigando assim, as potencialidades e fragilidades da inclusão digital em tempos pandêmicos. Dessa forma, ao abordar a temática de inserção da tecnologia no ensino-aprendizagem, a vivências dos docentes e dos alunos com a inclusão digital nas escolas da rede pública. Todos possuem os mesmos direitos assim, com leis que regem para o bem de todos os cidadãos brasileiros, não atuam de acordo como ocorre na prática, o cotidiano do aluno da rede pública normalmente é completamente inverso do que regem essas leis, e por isso o índice de rendimento desses alunos como no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), continuará em baixa porque não houve de fato a inclusão digital. Os estudos direcionados a inclusão digital em tempos pandêmicos é uma realidade da educação brasileira, cuja formação é direcionada para docentes e estudantes de escola pública, que estão à frente no



novo sistema de ensino que foram jogados nas mãos de docentes que não possuíam qualificação para o mesmo. Por todos os percalços passados por professores e alunos sobre o uso da internet na esfera educacional, há certo receio de como usar materiais didáticos digitais para o enriquecimento da aprendizagem, pois vemos que os jovens não tem dificuldade na interação com ferramentas digitais para fins de entretenimento, mas sim, de como utilizar os materiais didáticos como ferramentas de estudos. Há um tabu entre alunos e professores quanto à utilização de ferramentas tecnológicas de forma didática que colaborem no ensino e aprendizagem. Assim, a pandemia trouxe a tona o que amedrotava os professores sobre o uso das tecnologias, desse modo, professores e alunos foram aprendendo juntos o uso das ferramentas digitais.

**Palavras-chave:** Era Digital. Inclusão Digital. Tecnologia.

## QUATRO TRONCOS MISSIONEIRO: A DIFUSÃO DA NOSSA CULTURA ENQUANTO DIREITO DE CIDADANIA

*Regina Tayrini Bassani Carpenedo*

O projeto de extensão titulado “Quatro Troncos Missioneiros – Conhecer para Valorizar” tem por objetivo a exaltação e valorização da cultura missioneira, haja vista a necessidade cada vez maior que recuperar o legado da Região das Missões junto às novas gerações. Para tanto, está sendo produzindo uma compilação de dados a respeito da produção artístico-cultural de quatro artistas, quais sejam, Cenair Maicá, Noel Guarany, Jayme Caetano Braun e Pedro Ortaça, que por meio de sua música contaram e cantaram as suas histórias de luta, garra e superação. Estes quatro artistas foram os responsáveis por difundir a cultura missioneira tanto em território nacional como no exterior, servindo de base para que ramificações e novas identidades surgissem, dando continuidade à preservação das peculiaridades das Missões. A denominação Troncos Missioneiros se refere ao LP lançado no ano de 1988 e relançado em CD nos anos 2000, em que reuniu as obras desses quatro artistas, que cantaram com orgulho, união e essência temas que estavam sendo negligenciados por uma sociedade que se transformava com um produto muito comercial e tinha muita influência vindo do exterior e centro do país. Desta forma, sendo reconhecidos como os pioneiros na construção de uma identidade missioneira e o principal grupo, junto de outros artistas, que protegeram a origem do que é hoje a música tradicionalista gaúcha. Para o desenvolvimento do estudo optou-se pelo método de abordagem dedutivo e como método de procedimento o histórico, realizando uma contextualização sócio-histórica acerca das manifestações artístico-culturais destes e de outros artistas missioneiros. Já quanto ao tipo de pesquisa, optou-se pela bibliográfica, com consulta em livros e artigos acerca do tema. Como resultados, pode-se apontar a difusão da cultural das Missões, com a produção de material impresso e digital sobre a obra dos Troncos Missioneiros, a fim de criar uma base sólida sobre a história das produções artísticas locais e sua essência, para que por meio do desenvolvimento de atividades junto à rede pública de ensino de São Luiz Gonzaga, com a criação de oficinas nas escolas, atinja-se o público jovem, fazendo renascer e/ou aflorar o orgulho e amor a cultura e história da Região das Missões. Além disso, através do estudo das obras dos Troncos Missioneiros, será possível tratar de diversos assuntos de

âmbito social, pois como se denota das letras das canções e payadas destes artistas, estão presentes os temas como as riquezas ambientais, culturais e históricas do Rio Grande do Sul, a valorização da mulher, do índio, do gaúcho e do trabalhador rural, os quais muitas vezes acabam sendo negligenciados nesta fase inicial da construção do conhecimento, porém de grande valia para o aperfeiçoamento e amadurecimento dos estudantes como cidadãos missioneiros. O trabalho enaltece o legado histórico e cultural missioneiro, divulgando a obra dos Quatro Troncos junto às novas gerações, a fim de ampliar o conhecimento a respeito das músicas, payadas e demais produções desses artistas, tornando-se agentes na preservação do legado missioneiro. Dessa forma, o presente estudo relaciona-se com o direito educativo, posto que o acesso à cultura precisa ser concebido como um direito de todo cidadão.

**Palavras-chave:** Difusão. Cultura. Quatro troncos missioneiros.

## FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA AS JUVENTUDES DOS NOVOS TEMPOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

*Marioaldo Souza Dos Santos*

Este trabalho objetiva indagar acerca do diálogo entre a formação continuada oferecida aos professores da rede pública estadual de ensino médio de Rondonópolis/MT e os desafios dos sujeitos desses novos tempos. **Ademais, pretende-se** refletir sobre a sociedade e a educação do nosso tempo, as demandas no período pandêmico; Compreender quem são os sujeitos/juventudes das escolas públicas; Indiciar as proposições de formação continuada de professores do ensino médio e seu diálogo com os desafios postos aos sujeitos/juventudes dos novos tempos. A pesquisa será QUALITATIVA quanto à forma de abordagem. Quanto ao método, a pesquisa assume uma perspectiva dialético-hermenêutica. A pesquisa quanto a sua finalidade é básica. Objetiva reunir estudos que venham responder à pergunta em torno da formação continuada de professores. Além de tal finalidade, a pesquisa tem caráter exploratório. Este tem o propósito de evidenciar com maior familiaridade o problema em questão para que venha tornar-se mais explícito e socialmente conhecido. Quanto à metodologia será uma PESQUISA BIBLIOGRÁFICA a fim de, à partir dos estudos e análises de materiais já publicados construir novas compreensões para a resignificação da temática (Gil, 2010). Por meio dessa pesquisa dialética hermenêutica busca-se ter uma compreensão do processo de formação continuada de professores ao longo dos tempos e de que forma esses professores lidam com o momento de pandemia que atravessamos. Após a conclusão desse trabalho será possível ter contribuído para práticas mais inovadoras e formas diferentes de lidar com o processo ensino aprendizagem fazendo uso de equipamentos distintos, de forma que o processo de construção do sujeito não seja prejudicado em sua totalidade. Nesse momento de pandemia far-se-á necessário, segundo Alfredo Veiga Neto “descer aos porões e escrutinar o mais cuidadosa e intensamente possível os arquétipos lá guardados que, por muitas vezes tomamos como verdades necessárias”. Tais verdades não podem prevalecer em momentos que requer novas verdades, novas formas de fazer. Os arquétipos devem servir como modelo para se fazer, nesse caso, o fazer pedagógico. Nesse

sentido, é promissor pensar que seja possível mesmo em tempos de educação remota, uma educação que acontece não como antes, mas talvez melhor.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Professores. Pandemia.

## O DIREITO À EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE ACESSÍVEL A TODOS

*Tatiane Foletto Munareto*<sup>1</sup>

*Sarah Ferreira Sides*<sup>2</sup>

*Lizandra Andrade Nascimento*<sup>3</sup>

Esse estudo trata sobre as políticas de acessibilidade implantadas na educação brasileira, voltadas à inclusão das pessoas com deficiências no contexto educacional, com ênfase no Ensino Superior. Com um debate sobre as estratégias implementadas para assegurar o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na Universidade, além do embasamento legal, a partir da promulgação de Leis e Resoluções voltadas à garantia da acessibilidade e da educação inclusiva, fazendo-se um levantamento teórico a respeito do tema. Objetivo: Refletir sobre a importância de tais políticas para assegurar a igualdade nas condições de acesso e permanência na Universidade. Metodologia: O método utilizado foi bibliográfico, com base nas legislações e nos escritos de autores ligados à educação inclusiva. Resultados e Discussões: Buscando-se dados a respeito da realidade atual, Conforme INEP (2017) constatamos que, nos últimos anos houve um crescimento de 590,78% do número de estudantes que ingressou na educação superior, nas universidades privadas, já nas universidades públicas esse número tende a crescer. Os dados do Censo, 2017 indicam que se mantêm como mais frequentes as declarações de deficiência física (34,3%), baixa visão (29,2%) e deficiência auditiva (15,8%). Vale salientar que tais informações partem do processo de auto declaração, no ato da matrícula, sendo que há possibilidade de um mesmo acadêmico apresentar mais de um tipo de declaração. Considerações Finais: O estudo não aponta conclusões, mas pontos para reflexão e para o necessário aprofundamento das discussões a respeito das ações a serem empreendidas

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. E-mail: tati10munareto@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. E-mail: sarahsides2000@gmail.com

<sup>3</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação. Docente na URI- São Luiz Gonzaga. E-mail: lizandra-a-nascimento@yahoo.com.br

para a construção da efetiva inclusão, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

**Palavras- chave:** Acessibilidade. Inclusão. Ensino Superior. Acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/GM. (1996). Aviso Circular nº 277, de 08 de maio de 1996. Brasília - DF. Recuperado: 12 mar. 2015. Disponível: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf).

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1.679**, de 2 de dezembro de 1999 (1999, 2 de dezembro). Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Recuperado: 2 mar. 2015. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001 (2001, 9 de janeiro). Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep]. **Sinopses estatísticas da educação superior - graduação: censo da educação superior de 2017**. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>.

FONSECA, V. **Educação Especial:** programa de estimulação precoce, uma introdução as ideias de Feurstein. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

MINTO, C.A. **Educação Especial:** da LDB aos planos nacionais de educação - do MEC e proposta da sociedade brasileira. Revista Brasileira de Educação Especial, 6 (1), 1-26, 2000.

## EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO INFANTIL: ABORDAGENS E CONCEPÇÕES A PARTIR DA BNCC

*Kéli Bender<sup>1</sup>*

*Silvia Canan<sup>2</sup>*

*Claudionei Vicente Cassol<sup>3</sup>*

Educação Física no Ensino Infantil: abordagens e concepções a partir da BNCC é um estudo em processo de construção que se desenvolve com a intencionalidade de assumir corpo maior em pesquisa bibliográfica para constituir-se em dissertação de Mestrado em Educação. Tem como objetivos compreender os conceitos e as diferenciações entre Base Nacional Comum Curricular e Currículo Escolar, que por vezes, são interpretados de maneira equivocada e interferem no planejamento do professor, nas compreensões de educação, nas atividades pedagógicas do componente curricular e no resultado final da etapa do Ensino Infantil. Esta tematização pretende, também, definir como a Base está constituída e como os conceitos de competências e habilidades se apresentam na compreensão de educação para o Ensino Infantil e para a Educação Física. Esse debate, objetiva ainda, verificar a relevância da Educação Física para a etapa da Educação Infantil, a partir da proposta epistemológica e metodológica contidas na BNCC, documento que, ao regulamentar as aprendizagens essenciais dos alunos de educação pública e privada, deve garantir o desenvolvimento e as aprendizagens. Desse modo esta pesquisa tem o intuito de analisar o que consta na etapa da Educação Infantil e, na sequência, verificar os distanciamentos e as aproximações dos conteúdos propostos na BNCC com a disciplina de Educação Física. A Educação Física na Educação Infantil parece ser de suma importância para o desenvolvimento da criança, pois através da cultura corporal, do movimento, a criança conhece seu corpo e suas limitações e assume consciência do mundo, do/a outro/a e das interações. Através das aulas é possível desenvolver os aspectos cognitivos, afetivos, motor e social e contribuir para a formação integral do aluno. Sob esse olhar, tanto a Educação Infantil quanto, em seu interior, a Educação Física, precisam ser trabalhadas e planejadas em prol do

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação – URI- FW

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação URI/FW

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação URI/FW



desenvolvimento do/a aluno/as. A realização desses objetivos desenvolve-se através de pesquisa qualitativa/descritiva, a partir da qual, os dados serão analisados considerando a metodologia hermenêutica. O suporte teórico se constitui, inicialmente, a partir do próprio texto da BNCC e de pensadores/as como Gimeno Sacristán, Fernando González, Teresa Lleixá Arribas, Sandra Mara Corazza e textos de periódicos dos último cinco anos. A pretensão, é que na fase final dos estudos, seja possível concluir se os conteúdos dispostos na BNCC, são suficientes para dar suporte ao planejamento de aulas de Educação Física para crianças na fase da Educação Infantil com a qualidade necessária ao desenvolvimento dessa específica faixa etária. Entende-se, ainda, que poderá ajudar os/as professores/as a compreender com mais profundidade os diferentes conceitos envolvendo a problemática e com condições de serem empregados com maior qualidade no planejamento de suas aulas.

**Palavras-chave:** Educação Física. Abordagens. BNCC.

## ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DESAFIOS DA INCLUSÃO

*Claudete Andrade de Freitas<sup>1</sup>*

*Edite Sudbrack<sup>2</sup>*

Este resumo trata-se do projeto de pesquisa intitulada “Alfabetização de Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Desafios da Inclusão”, que tem como tema o Papel dos Gestores e Educadores no Processo de Alfabetização de Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo primordial é analisar os desafios dos gestores e professores no exercício de suas funções a partir da inclusão de alunos com (TEA), no que tange às metodologias e à garantia da efetivação das políticas públicas de inclusão educacional, bem como compreender as demandas do processo de alfabetização e as especificidades das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Também, compreender quais os desafios vivenciados pelos professores alfabetizadores ao incluir alunos com TEA e as estratégias utilizadas pelos docentes para assegurar a inclusão e o desenvolvimento dos educandos. A metodologia utilizada na elaboração do estudo foi à pesquisa bibliográfica, buscando-se referenciais teóricos para embasar as compreensões acerca do tema. Por meio das leituras e reflexões, constata-se a importância de conhecer as definições, diagnósticos e tratamento multidisciplinar para a inclusão de alunos com TEA. Para tal, enfatiza-se como essencial o comprometimento do profissional que atua nas diferentes áreas do conhecimento com essas crianças com TEA, assegurando o desenvolvimento integral respeitando seu tempo, ritmo e condições. Deve-se defender e fazer valer os direitos assegurados desde a Constituição Federal de 1988, a LDB n. 9394/1996, e em especial a Lei n. 12.764/2012. E o decreto Nº 10 502 de setembro de 2020 o qual Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Pretende-se fazer levantamentos de dados com Gestores e Docentes que atuam com crianças com TEA na alfabetização e concluir com análise textual, descritiva e qualitativa de acordo com Bardin (2011) e Moraes (1999).

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pelo PPGEdu da URI Frederico Westphalen. E-mail: clauandrade20@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Educação pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-Reitora de Ensino da URI. E-mail: sudbrack@uri.edu.br.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista.

## O FUNCIONÁRIO ESCOLAR COMO EDUCADOR: FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM UM MUNICÍPIO DO MT

*Elke Luanne da Silva Xavier<sup>1</sup>*

*Edite Maria Sudbrack<sup>2</sup>*

O tema proposto “o Funcionário escolar como educador: formação e valorização dos trabalhadores em um município do MT” objetiva analisar se a formação dos funcionários escolares contribui com o Projeto Educativo das escolas estaduais do município de São José do Povo - MT. O estudo justifica-se por ser um assunto de muita importância pois quanto melhor qualificados, melhor o desempenho de suas funções dentro da escola. Além do mais, a valorização dos profissionais deve ser realizada com base no reconhecimento de novas identidades funcionais, formação inicial e continuada e a construção de plano de carreira e definição de piso salarial desses profissionais. A escola deve ser o mais importante espaço de formação do cidadão. Quando diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem observamos que esse papel não é desenvolvido somente pelos profissionais docentes, mais sim, por todos os funcionários de uma escola, que vão desde secretaria, setor administrativo, limpeza, merendeiras e entre outros profissionais. Todos de alguma forma, contribuem por meio das relações pessoais e interpessoais na aprendizagem dos alunos. Dessa forma, também é necessário a realização de cursos de formação para esses profissionais, de acordo com cada cargo exercido, com o objetivo de aperfeiçoar os conhecimentos já adquiridos e buscar novas habilidades. Nesse sentido, esse projeto traz como objetivo geral analisar se a formação dos funcionários escolares contribui com o Projeto Educativo das escolas estaduais do município de São José do Povo-MT e como objetivos específicos: a) analisar se os cursos de formação dos funcionários escolares contribuem para sua valorização salarial e política; b) verificar se há indicadores que apontam para o avanço na carreira dos trabalhadores escolares após os processos formativos; c) evidenciar se há relação entre as funções técnicas e administrativas com a função educativa/projeto educativo; d) reconhecer o papel do gestor no processo de participação dos funcionários no Projeto Educativo. O estudo trata-se de uma pesquisa de caráter

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação. URI/FW. E-mail:elkeluanne@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora URI/FW. E-mail:sudbrack@uri.edu.br

qualitativo e exploratório. Como procedimentos metodológicos serão adotados, principalmente, o registro de observações com a pesquisa bibliográfica, com aplicação de questionário com questões semi-estruturadas. O questionário será aplicado por meio de aplicativo online. Entre eles o Google Forms é possível confeccionar formulários, por meio de uma planilha no Google Drive. Esses questionários de pesquisa elaborados serão enviados por e-mail. O município de São José do Povo possui duas escolas estaduais, nas quais será realizada a pesquisa. As escolas que serão pesquisadas estão localizadas uma na zona urbana e outra na zona rural. O total de funcionários será de 13 em cada escola, totalizando 26 funcionários como o universo da pesquisa. Serão observados os procedimentos éticos inerentes à pesquisa em ciências humanas. Espera-se com os resultados dessa pesquisa observar influências positivas dos cursos de formação de funcionários no projeto educativo das escolas estudadas.

**Palavras-chave:** Educador. Funcionário. Município.

## BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA: DIREITO DE BRINCAR E APRENDER

*Geovana Anschau Souza*<sup>1</sup>

*Rosane de Fátima Ferrari*<sup>2</sup>

A criação de Brinquedotecas, especificamente, em Universidades, vinculadas ao curso de formação de educadores, como a Pedagogia, possibilitam a compreensão do real significado do processo de brincar da criança, bem como a ampliação dos estudos voltados às teorias e conceitos que sustentam as discussões sobre o direito de brincar para aprender. Tornam-se assim, um laboratório lúdico pedagógico, em que docentes e discentes desfrutam de um ambiente agradável, alegre e colorido, bem como de um conjunto de brinquedos, jogos e brincadeiras, que favorecem a criatividade, o desenvolvimento da imaginação, da comunicação e da expressão, incentivando a brincadeira do faz-de-conta, a dramatização, a construção, a solução de problemas, a socialização e o desejo de inventar. A URI - Câmpus de Frederico Westphalen, através do Projeto de Extensão intitulado: BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA: capacitação lúdico-pedagógica, vinculado ao curso de Pedagogia, conta com um espaço específico para a brinquedoteca, sendo certificado pela Associação Gaúcha de Brinquedotecas, que oportuniza aos acadêmicos, professores e comunidade em geral, momentos de aprendizagem, envolvendo a formação pedagógica e lúdica. Sua metodologia é oriunda de método qualitativo, de cunho bibliográfico e descritivo. No espaço da brinquedoteca universitária encontram-se um acervo de jogos e materiais que são utilizados por professores e acadêmicos dos cursos de licenciatura para inúmeras práticas pedagógicas e estágios, potencializando assim, a formação acadêmica docente, alicerçada no tripé: formação teórica, formação pedagógica e formação lúdica, articulado ao processo formativo mais amplo e ao currículo, comprometidos com uma educação voltada para a cultura lúdica. Para tanto são realizadas as seguintes ações: visitas orientadas para escolas da região de abrangência da Universidade; grupos de estudos envolvendo temas como: ludicidade,

---

<sup>1</sup> Acadêmica bolsista do Projeto Brinquedoteca Universitária - URI - Câmpus de Frederico Westphalen - e-mail: gicursonormal@gmail.com

<sup>2</sup> Professora orientadora do Projeto Brinquedoteca Universitária - URI - Câmpus de Frederico Westphalen - e-mail: rosane@uri.edu.br

brinquedoteca, formação lúdica; oficinas de exploração e confecção de jogos e brinquedos; gincanas e eventos recreativos que envolvem acadêmicos, professores e a comunidade em geral; semana do Brincar na Universidade; participação em eventos locais e regionais. A Brinquedoteca é um espaço que oportuniza aos professores, aos acadêmicos e as crianças o direito ao brincar, ao brinquedo e à brincadeira no espaço universitário.

**Palavras-chave:** Brinquedoteca. Universidade. Pedagogia. Brincar. Aprender.

# A INSERÇÃO DAS FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PELAS NOVAS DCNS NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA SOCIEDADE

*Daniel Pulcherio Fensterseifer<sup>1</sup>*

*Janaina Rossarolla Bando<sup>2</sup>*

O tema proposto, “A inserção das formas consensuais de solução de conflitos pelas novas DCNs no curso de graduação em direito e sua contribuição para autonomia e emancipação da sociedade”, se encontra inserido na linha de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação, a qual concentra-se no estudo das políticas e dos processos vinculados à educação em diferentes configurações históricas, investigando temáticas atinentes às políticas e gestão da educação, seus impactos socioeducacionais/culturais nos diferentes níveis e modalidades da educação, possibilidades emancipatórias decorrentes das contradições inerentes ao contexto em que se situam, epistemologias e metodologias de estudo das políticas educacionais. Nesse sentido, este projeto traz como objetivo geral investigar como que a inserção das formas consensuais de resolução de conflitos pode promover a autonomia e a emancipação das pessoas, em uma perspectiva de prática educativa, desdobrando-o nos seguintes objetivos específicos: a) investigar se os procedimentos consensuais de resolução de conflitos contribuem para a emancipação e autonomia das pessoas que participam deles; b) analisar como os procedimentos consensuais de resolução de conflitos podem ser trabalhados ao longo do curso de Direito; c) investigar as motivações e oportunidades relacionadas a processos educativos contidas nas novas DCN’s de direito; d) analisar as novas DCN’s sob a ótica do Direito Educativo, bem como o curso de Direito como ambiente para implantação de políticas públicas de educação emancipatória. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com o uso da metodologia de revisão de literatura recorrente e de cunho documental, classificando-se como pesquisa exploratória, partindo do estado do conhecimento, contando com o que já se conhece acerca das formas consensuais de resolução de conflitos, bem como das normas que estabelecem essas práticas no âmbito jurídico, para então evoluir para os processos de

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito. URI/FW. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

<sup>2</sup> Mestranda em Educação. URI/FW. E-mail: janaina.bando@hotmail.com



autonomia e emancipação. Para análise e interpretação dos dados será utilizada a técnica de análise de conteúdo. A problemática do presente projeto está exatamente em analisar como e se a inserção das formas consensuais de resolução de conflitos no currículo do curso de direito, pode promover autonomia e emancipação das pessoas na sociedade. A universidade deve cumprir com a sua função social e contribuir para que os cidadãos sejam emancipados, e possam fazer uso da mediação, por exemplo, como uma ferramenta resolverem seus próprios conflitos, causando impacto na sociedade, inclusive econômico, já que vislumbra a resolução dos problemas fora do judiciário, refletindo na redução de servidores públicos nesse órgão. Com essas considerações os resultados esperados são demonstrar de que maneira as formas consensuais de resolução de conflitos incluídas no currículo do curso de Direito poderiam contribuir na promoção de autonomia e emancipação das pessoas na sociedade.

**Palavras-chave:** Emancipação. Sociedade. Curso.

## EDUCAÇÃO PARA TODOS? O DIREITO ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO CONTEXTO INTERNACIONAL

*Dâmaris Pereira dos Santos*

*Giselle Cristina Martins Real*

O direito à educação se constitui como uma construção política recente, configurando-se a partir de marcos históricos em esfera global, particularmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, divulgada em 1948, e a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990. A partir dessas diretrizes internacionais, configura-se a proposição de ampliação do acesso à educação como um direito, particularmente como um direito social. Nesse contexto, desencadeia-se um movimento de luta pela educação inclusiva, entendida não só para as pessoas com necessidades especiais, mas para todos aqueles que fazem parte do grupo dos excluídos, dentre eles: as pessoas privadas de liberdade. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é explicitar os marcos normativos que preveem o direito à educação às pessoas privadas de liberdade a partir da esfera internacional, por entender que a partir desses espaços são constituídas as políticas indutoras para os Estados-nação. Adotou-se como metodologia a análise documental, tendo como corpus básico os documentos gerados a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Conferência Mundial de Educação para Todos, permeando os acordos que focam a educação em instituições escolares e seus desdobramentos para a educação em presídios, ao todo foram considerados. Tem-se como principal resultado o perceptível avanço em vertentes quantitativas e qualitativas. Foi possível observar que antes de 1990 houve 4 (quatro) documentos internacionais que pautaram a construção do direito à educação e que após 1990, ano da realização da Conferência Mundial de Educação, foram publicados mais de 10 (dez) documentos, além de conferências e eventos tratando da temática. No entanto, apesar dos avanços, não há evidências de concretização desse direito em uma concepção social, em que o Estado se responsabilize por sua oferta. Essa situação é decorrente, particularmente, do baixo grau de escolaridade dos indivíduos; de ausência de previsão normativa de sua viabilidade financeira; e da focalização do ensino fundamental para os países em desenvolvimento. Nesse sentido, o direito à educação aos privados de liberdade tem sua concepção limitada à educação supletiva ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) indicada como meta, ainda

em uma vertente de medida reparadora e preventiva de sua inserção à sociedade, portanto ainda distante da prescrição supranacional do direito para todos ao longo da vida.

**Palavras-chave:** política educacional; direito à educação; educação prisional.

## DIREITO EDUCATIVO E DIREITO À LITERATURA

*Jane Maria Fiori (URI)<sup>1</sup>*

Este trabalho aborda direito educativo e direito à literatura para discutir a ideia de que o Direito à educação é, ao mesmo tempo, um elemento do conjunto de direitos, entre eles os direitos sociais, que há uma necessidade de se tornar inspiração para os valores da igualdade entre a humanidade principalmente nos dias atuais. No Brasil, somente após a Constituição Federal de 1998, foram reconhecidos alguns dos direitos, pois antes o Estado não tinha a obrigatoriedade da garantia de qualidade ao ensino público com qualidade aos brasileiros. Logo, entende-se que é oportuno definir que, no escopo do direito à educação, encontra-se o direito à literatura, arte que deve ser oportunizada de ser conhecida, estudada e compreendida pelos alunos leitores em todas as etapas de formação na escola. Assim, este trabalho destaca o quanto é necessário que a obra literária chegue ao contexto escolar, apresentado aos estudantes um panorama aberto e democrático de autores de modo a não contemplar apenas obras canônicas e a desmistificar a ideia de que as obras literárias são complexas e que só servem para o estudo da gramática. A literatura assume uma função formativa, na medida em que trata da humanidade, seus dilemas, angústias e soluções, o que amplia as possibilidades de formação de leitores sensíveis à sua condição de sujeito. Logo, o ensino da literatura ajuda a formar alunos ára participar ativamente da sociedade e capazes de interagir com diversos tipos de textos e participar com sucesso da vida do bairro, da sociedade e do país. Por isso, constata-se que o direito à literatura, no qual está incluso o ensino de literatura na escola, faz parte do direito à educação, ou seja, é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas, a qualidade da educação ofertada e ainda a compreensão de direitos humanos fundamentais, amparados por normas nacionais e internacionais.

**Palavras-chave:** Direito Educação. Direito à literatura. Dignidade humana.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação. Email: janefiori@escola.pr.gov.br

## DIREITO EDUCATIVO E EXCLUSÃO SOCIAL: O APAGAMENTO DO NEGRO EM LIVROS LITERÁRIOS

*Cassiano Assunção*

*Luana Teixeira Porto*

Em uma sociedade controlada e organizada a partir da hegemonia branca e patriarcal, minorias ficam limitadas unicamente a espaços coadjuvantes ou inexistentes em todos os meios sócio-político-culturais, por exemplo, a literatura e a produção de obras literárias ao longo dos séculos. O negro e sua cultura tiveram sua participação discriminada e renegada dentro das criações literárias em todos os cânones principais de literatura clássica que foi produzida e ensinada nas mais diversas línguas e lugares. Consequentemente, a literatura negra foi praticamente barrada de existir ou apagada em todos os momentos que tentou conquistar algum espaço entre esses meios e existir como forma de resistência na sociedade. Tal espaço menor também se verifica em materiais didáticos. Nessa perspectiva, este artigo busca estudar como se deram os processos de apagamento do negro nos livros literários e dos próprios escritores literários negros. Substrato teórico para desenvolver tais estudos e discussões será visto em bases teóricas de pesquisadores como Irme Salete Bonamigo (2008), Marilena Chauí (2013) e Demétrio Magnoli (2009). A partir disso, nota-se que o posicionamento dos autores influenciou o espaço que os negros tiveram no decorrer do desenvolvimento da literatura ao longo dos tempos. Autores brancos com uma posição política e social privilegiada retratavam com frequência essa minoria de forma preconceituosa ou a deixava de lado, enquanto autores negros ou demais produções que os situava em posição diferente da socialmente aceitável eram discriminados, como foi o caso de autores como Maria Firmina dos Reis no nordeste brasileiro ao fim do século XIX em contraste com outros escritores populares como José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo.

Palavras-chave: Negro. Literatura. Apagamento. Resgate.

### **Referências:**

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. **Revista Katálysis**. Florianópolis. v. 11, n.2, p.204-213, jul/dez, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/views//S1414-49802008000200006/8184>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

CHAUÍ, Marilena Chauí. Ética, violência e racismo. **Mudando paradigmas**. 2013. Disponível em: <<http://mudandoparadigmas.blogspot.com/2013/06/etica-violencia-e-racismo-por-marilena.html>>. Acesso em: 27/11/2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As vítimas algozes**: quadros da escravidão. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

REIS, Maria Firmino dos. **Úrsula**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

## O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS ESCOLAS EM PERÍODO PANDÊMICO: A COVID-19 E AS TRANSFORMAÇÕES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

*Marijane de Oliveira Soares<sup>1</sup>*

*Ana Paula Teixeira Porto<sup>2</sup>*

A sociedade contemporânea passa por um processo de transformação no ambiente escolar nesse período pandêmico. Assim, a COVID-19 descortinou uma realidade em todos os níveis da educação pública no Brasil, a de que não basta as escolas disponibilizarem as tecnologias se os professores não dominam tais ferramentas. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral apresentar os problemas nas práticas pedagógicas no período pandêmico mesmo com o uso das tecnologias digitais. Para alcançar objetivo traçado foi realizado um estudo bibliográfico, com método dedutivo e análise qualitativa. Os estudos trazem à tona a difícil realidade das escolas públicas brasileiras, que não possuem disponibilidade de tecnologias para trabalhar um processo ensino-aprendizagem efetivo, bem como, a maioria dos professores ainda não se encontra aptos a utilizar a tecnologia digital com facilidade em suas práticas pedagógicas. A pandemia descortinou outros problemas no campo do aprendizado dos alunos das escolas públicas, inclusive, segundo Marques (2020) e Sampaio (2020), em sua maioria ocorrem quatro problemas básicos: a escola não disponibiliza os instrumentos necessários para trabalhar o ensino on-line; professores não possuem o domínio das tecnologias digitais; alunos não se interessam por temas escolares devido a fragilidade das práticas pedagógicas e, por fim, os pais estão exaustos com essa situação, pois, sabem que seus filhos precisam aprender, porém, não conseguem auxiliá-los. Ainda no entendimento de Sampaio (2020) não é apenas o Brasil que vem passando

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras – Português/Espanhol e respectivas literaturas pela Universidade de Cuiabá-UNIC (2004); Especialista em Linguagens e o Ensino da Língua: redação e leitura pela Universidade de Cuiabá – UNIC (2004); Graduada em Pedagogia pela Faculdade Albert Einstein (2012); Bacharel em Direito pela Faculdade UNIASSELVI de Rondonópolis (2018); Mestranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI (2020). Grupo do GT-A leitura na era digital da Profa. Dra. Ana Paula Teixeira Porto. lorrane\_marijane17@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (2002); Especialização em Educação a Distância pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012); Mestrado em Letras (2005) e Doutorado em Letras (2011) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Literatura Brasileira.

dificuldades de adaptação escolar devido ao vírus Sars-CoV causador da COVID-19, cerca de 72% dos países em todo o mundo, demonstram dificuldades de transformar as práticas pedagógicas em tempo de pandemia, mesmo com a disponibilidade das tecnologias digitais. Além de todos os problemas enfrentados para a educação em tempos pandêmicos, percebe-se a existência de desentendimentos entre estudantes, famílias, escolas e governo federal em relação ao aprender a partir das tecnologias digitais e, isso ocorre, segundo Marques (2020) porque a medida emergencial é excludente e no Brasil existem desigualdades sociais, que não são suplantadas apenas com um “click” do computador ou o acesso à internet. Nesse sentido, Santos (2019) compreende que a educação on-line torna complexa as práticas pedagógicas e influencia negativamente no processo ensino-aprendizagem, mesmo que as tecnologias digitais possam mediar tais práticas que devem ser interativas e inclusivas. Ressalta-se que os professores precisam estar preparados para trabalhar com essas tecnologias digitais, afinal, não se pode afirmar que a simples existência da COVID-19 e a necessidade de trabalhar com novas práticas pedagógicas e tecnológicas, que exista a facilidade dessa ação por parte de todos os professores. Assim, para Santana e Sales (2020) as práticas pedagógicas que se utilizam das tecnologias digitais estão se apresentando pouco efetivas na educação pública brasileira e incapazes de suprir a fragilidade das relações tecnológicas entre professores e seus conteúdos. Conclui-se que a simples disponibilidade de tecnologias digitais para os professores não gera qualidade e efetividade no aprendizado dos alunos, pois, não basta apenas dizer “abracadabra” e disponibilizar a tecnologia para os professores, para que eles possam tornar qualitativa a sua prática pedagógica cotidiana.

**Palavras-chave:** Tecnologias Digitais. Práticas Pedagógicas. Habilidades dos Professores. COVID-19.

## REFERÊNCIAS

MARQUES, R. A resignificação da educação e o processo de ensino e aprendizagem no contexto de pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**. 3: 31-46, 2020.

SAMPAIO, R. M. Práticas de ensino e letramentos em tempos de pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**. 9(7):1-16, 2020.



SANTANA, C. L. S. e; SALES, K. M. B. Aula em casa: educação, tecnologias digitais e pandemia COVID-19. **Interfaces Científicas**. Aracaju. 10(1): 75-92, 2020.

SANTOS; E. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2019.

## OLÁ! VOCÊ ESTÁ AÍ? A RESILIÊNCIA DOCENTE NA PANDEMIA

*Mariusca Rachevski*

*Eliane Cadoná*

Este trabalho tem por objetivo instigar a reflexão acerca da função docente e seus revezes no âmbito da pandemia de COVID-19, a partir da leitura de alguns artigos produzidos sobre o tema ao longo do ano de 2020. A intenção é poder repercutir e refletir sobre os novos aprendizados e vivências, bem como apontar algumas das adversidades apresentadas como parte do chamado “novo normal”. O termo resiliência, o qual diz respeito à capacidade humana de suportar, dar conta, superar obstáculos e resistir à pressão, parece oportuno quando se pensa a demanda docente ao longo desse ano. Parte-se da experiência da conversão de espaços domésticos, antes privados, em espaços públicos que passam a funcionar como extensões das salas de aula convencionais. Isso ocorrendo nos domicílios dos docentes e de seus alunos e alunas. Há que se inferir também sobre as tensões nas relações pessoais, visto que o compartilhamento de espaços, equipamentos eletrônicos e gestão do tempo nos arranjos domésticos incitam divergências. Questionamentos acerca da “pulverização do tempo”, onde a diluição das fronteiras espaço-temporais e a perda do limite entre o tempo de trabalho e não trabalho atuam como geradores de sobrecarga laboral. A demanda do aprendizado de tecnologias digitais como novas ferramentas de transmissão do conhecimento e acesso a aprendizagem, participação em grupos de whatsapp, facebook, entre professores e estudantes, professores e familiares, bem como entre grupos de professores não contabilizam esse tempo como um tempo de trabalho. A expressão “Tecnoestresse”, antes apenas conhecida no meio de profissionais das tecnologias da informação passa a servir para o meio docente, visto que a partir das tecnologias digitais móveis docentes tornam-se constantemente alcançáveis pelas demandas do trabalho, acarretando o desgaste psíquico, possível alavanca para a ansiedade, entre outros sintomas. Por outro lado, abre-se a oportunidade de conhecer e testar modos de ensino e aprendizagem não antes experienciados com um universo de alunos/as em níveis fora das graduações e pós-graduações. Passou-se, assim, a lidar com as diferentes realidades sociais, com as desigualdades e diferenças que nunca ficaram tão despidas como no atual cenário. A aquisição de familiaridade com termos

antes não utilizados ou conhecidos, como a palavra “síncrona”, para se referir a aulas em tempo real, por sua vez, diferenciaram-se das aulas de ensino a distância. Esses termos passaram a ganhar sentido na rotina de docentes, estudantes e familiares dentro do contexto do “novo normal”. Porém, há que se atentar para o que é e não é “novo” ou “normal” quando se pensa em educação.

**Palavras-chave:** tecnologias digitais; ensino remoto; docência.

## REFERÊNCIAS

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LARA, Rafael da Cunha. **Ubiquidade e Crise Pandêmica: O que há de novo no trabalho em educação?** Em Tese, Florianópolis, vol.17, n.2, p. 24-43, jul./dez.2020. Universidade Federal de Santa Catarina.

NOVA ESCOLA. **A situação dos professores no Brasil durante a pandemia**. Nova Escola.2020.

PALUDO, Elias Festa. **Os Desafios da Docência em Tempos de Pandemia**. Em Tese, Florianópolis, v.17, n.2, p. 44-53, 2020. Universidade Federal de Santa Catarina.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.15, e2016289, p. 1-24, 2020. Disponível em:  
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

SAVIANI, Dermeval. **Crise Estrutural, Conjuntura Nacional, Coronavírus e Educação – O Desmonte da Educação Nacional**. *Revista Exitus*, Santarém/PA, Vol.10, p. 01-25, e020063, 2020.

## ANÁLISE DA OFERTA DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS NÃO DOCENTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS NUM MUNICÍPIO DO MT

*Silvia Regina de Oliveira<sup>1</sup>*

*Edite Maria Sudbrack<sup>2</sup>*

O tema proposto, “Análise da oferta de formação em serviço dos profissionais não docentes das escolas públicas num município do MT”, faz parte da Área de Concentração: Política Pública e Gestão Educacional, do Mestrado em Educação. Propõe realizar uma análise da formação em serviço e da profissionalização dos profissionais não docentes (PNDs) lotados nas secretarias das Escolas Públicas de Juína/MT, bem como, suas perspectivas, avanços e desafios da/na profissionalização, tendo como viés a trajetória que se apresentou com a oferta dos cursos do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), tais ações integram as políticas públicas educacionais no Brasil. O período estudado será entre 2012 a 2015 englobando os (PCDs) lotados nas secretarias das Escolas Públicas Estaduais de Juína/MT. Outro ponto de investigação é quanto ao enfrentamento destes servidores das instituições de ensino pelo reconhecimento e valorização profissional; as dificuldades enfrentadas, os resultados obtidos. Trazendo como problema da pesquisa: As instituições envolvidas na oferta da profissionalização técnico-pedagógica ofertada pelo Programa Profucionário aos PCDs, entre 2012 a 2015, perceberam resultados e avanços pós-profissionalização, bem como, melhoria da prática profissional exercidas dentro das secretarias escolares de Juína-MT? Houve algum tipo de influência interna ou externa ao Programa Profucionário que tenha influenciado o resultado final e/ou o perfil de saída esperado? Neste sentido, traz como objetivo geral, analisar a oferta da profissionalização técnico-pedagógica entre 2012 a 2015 aos profissionais não docentes lotados nas secretarias da Escolas de Juína-MT, a fim de avaliar seus avanços, perspectivas e desafios, bem como objetivos específicos, pesquisar se, nas análises das instituições de ensino em que atuam os servidores profissionalizados e das instituições ofertantes houve expansão das

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação. URI/FW. E-mail: a097465@uri.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação. URI/FW. E-mail: sudbrack@uri.edu.br

aprendizagens assimiladas, incorrendo em alterações da prática profissional, e, no papel de educador deste grupo. Aprender se ocorreram e quais são as principais conquistas e perspectivas obtidas pós-profissionalização, pelos PNDs profissionalizados, e qual a visão dos resultados obtidos segundo as instituições ofertantes. Investigar se o perfil esperado da profissionalização sofreu influências internas e externas, que marcaram a forma de gerir os serviços públicos tais como, a gestão democrática e o gerencialismo. Serão analisadas as documentações disponíveis sobre o passado e o presente dos profissionais não docentes das escolas públicas estaduais do município de Juína/MT, numa perspectiva sócio histórica e antropológica, além de, seguir os caminhos da pesquisa bibliográfica, documental e da análise das respostas provindas dos questionários semiabertos aplicados aos técnicos administrativos profissionalizados em exercício nas secretarias e aos gestores lotados nas instituições a que estes atuam. Ao apreender sobre a formação, intervenção social, e, se os aprendizados têm contribuído para o processo educativo nas Escolas em que atuam, esperamos amenizar a inviabilidade destes profissionais, contribuindo para sua valorização e reconhecimento profissional, inserindo-os ao processo emancipatório e decisório.

**Palavras-chave:** Formação. Escolas. MT.

## DIRETO À EDUCAÇÃO DURANTE A PANDEMIA: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA CRIANÇAS COMO RECURSO DIDÁTICO NAS ATIVIDADES A DISTÂNCIA

Carlise Diell<sup>1</sup>

Considerando que a educação de crianças é um direito do infante assegurado na Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, entende-se que a pandemia tem sido momento em que esse direito não pode ser negligenciado, o que, por parte dos educadores, tem exigido esforço amplo para potencializar aulas a distância e garantir atividades de ensino aos pequenos. Assim, este trabalho aborda a contação de histórias na educação infantil como recurso didático nas atividades a distância, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento intelectual e emocional das crianças nesse período de pandemia. Interessa investigar a motivação das crianças para o despertar da imaginação e curiosidade e proporcionar o desenvolvimento da formação da personalidade desde a primeira infância. Adotam-se os conceitos de direito à educação e de contos de fada, os quais podem estabelecer relações profundas com os sentimentos e emoções. Ao desenvolver o estudo, nota-se que esse gênero literário levado à contação possibilita apresentar às crianças importantes valores culturais e que é preciso compreender o infante como sujeito de linguagem e cultura e a quem o olhar sobre si mesmo e o mundo pode ser ampliado. Tendo como objetos de trabalho a coleção *O Belo Reino*, de Roger Hansen (2019) e *Contar Histórias, uma arte sem idade*, de Bety Coelho (2004), fez-se análise das obras e contação de histórias. A realização do estudo aponta para a importância da contação de histórias nessa fase de vida da criança, principalmente em tempos de pandemia, e para a relevância da arte de contação na formação do infante. Tal atividade agrega valor ao processo de ensino, métodos inovadores de interação e aprendizagem, focalizando o conceito de infância. Ademais, possibilita o direito ao processo de ensino-aprendizagem mesmo em períodos de distanciamento, oferecendo diversas didáticas de contação de histórias e acesso à aprendizagem, direito de toda criança.

**Palavras-chaves:** direito à educação, contação de histórias; crianças pequenas; personalidade; família; pandemia.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação. Email: dillcarlise1985@gmail.com

## TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA: DE REPENTE, DIGITAL

*Judite Inês Schreiner Gauer<sup>1</sup>*

*Elisabete Cerutti<sup>2</sup>*

O presente trabalho é fruto de pesquisas realizadas no Grupo de Estudos em Educação e Tecnologias (GPET), da linha Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI-FW). O trabalho reflete acerca das transformações que ocorreram de forma abrupta no contexto educativo e social em virtude da pandemia, Covid 19 e que geraram impactos econômicos, sociais, emocionais e existenciais. De forma inesperada fomos tomados pelo medo, a insegurança e limitações de convivência e contato social presencial. As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) anteriormente vistas como vilãs, passaram a ser as grandes aliadas como possibilidade para assegurar o processo de ensino e aprendizagem. O ambiente e as relações passaram do contato físico para o virtual e para quem antes tinha resistência ou dificuldades com as tecnologias digitais, passou a incorporá-las com urgência para não ficar isolado do mundo, uma vez que o virtual passou a ser o novo normal. Além disso, temos uma organização social, familiar e dos estudantes, que a princípio, precisam ser preparados para esse modelo, acolhidos emocionalmente e fortalecidos diante da insegurança e dificuldades. O estudo é classificado como básico, pois, além de uma revisão de literatura, que reflita um embasamento sobre os estudos do tema até o momento. Como resultados, refletimos que além de uma visão otimista acerca da educação e do futuro da

---

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Educação) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI-FW) participa do Grupo de Pesquisa em Educação e Tecnologia da linha Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias (GPET). Educadora, Psicóloga. E-mail: judite.schreiner@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação, Mestre em Educação, graduada em Pedagogia e professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Docente do Grupo de Estudos em Educação e Tecnologias (GPET). E-mail: beticerutti@uri.edu.br

humanidade, precisamos uma postura responsável, no entanto, corajosa, crítica, libertadora e empreendedora, inserindo práticas educativas inovadoras que possibilitem uma interface entre educação e mercado, capacitando a educação a enfrentar as crises e pandemias com eficácia, pois a educação é, sem dúvida, a mais poderosa possibilidade de transformação.



# UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DIGITAIS NO ENSINO MÉDIO EM TEMPOS DE PANDÊMIA: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA SOBRE A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DIGITAIS

*Thiago Roberto Baldissarelli<sup>1</sup>*

*Eliane Cadoná<sup>2</sup>*

A presente investigação, que está em seu processo inicial de formulação, objetiva analisar narrativas de professores do Ensino Médio de duas escolas estaduais do estado do Mato Grosso. Tem como intuito compreender a caracterização que este público faz do uso das tecnologias digitais em suas aulas, a partir da situação vivenciada no Brasil, a respeito da Pandemia em função da disseminação do Coronavírus. Objetiva ainda determinar os limites da interação da educação online para o ensino das ciências da natureza, bem como, evidenciar quais estratégias pedagógicas teriam maior aceitação na utilização dessa ferramenta. A metodologia que será adotada é a entrevista semiestruturada com a utilização de recurso digital para a coleta de dados, por intermédio de perguntas relacionadas ao desenvolvimento das metodologias adotadas, resultados alcançados, características do ensino, em especial no que se refere à plataforma Microsoft Teams. O projeto passará por Comitê de Ética em Pesquisa, respeitando os trâmites da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Com os resultados desta investigação, poderá ser feita uma análise que visa compreender quais estratégias, sentidos e compreensões percorrem o contexto do ensino, propondo, a partir daí, não somente uma problematização do contexto, mas também a veiculação de boas práticas e de medidas a serem adotadas, em casos de compreensão quanto a adaptações e novas perspectivas. .

**Palavras-chave:** Resumo, mídias digitais, ensino a distância.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação – URI- FW

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação URI/FW

## BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA: DIREITO DE BRINCAR E APRENDER

*Geovana Anschau Souza*<sup>1</sup>

*Rosane de Fátima Ferrari*<sup>2</sup>

Discutir e apresentar o papel e o espaço da Brinquedoteca na Universidade é o objetivo deste trabalho, considerando a importância de que estejam vinculadas ao curso de formação de educadores, como é o caso do Curso de Pedagogia da URI - Câmpus de Frederico Westphalen, funcionando como um laboratório lúdico pedagógico, sendo certificada pela Associação Gaúcha de Brinquedotecas e que através do Projeto de Extensão intitulado: BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA: capacitação lúdico-pedagógica, possibilita que docentes e discentes compreendam o real significado do processo de brincar da criança, bem como a ampliação dos estudos voltados às teorias e conceitos que sustentam as discussões sobre o direito de brincar para aprender. Na brinquedoteca encontram-se um conjunto de materiais lúdicos, dentre eles: brinquedos, jogos e brincadeiras, que auxiliam no desenvolvimento da criatividade, do desenvolvimento da imaginação, da comunicação e da expressão, favorecendo diversos tipos de brincadeiras, que envolvem o faz-de-conta, a dramatização, a construção, a solução de problemas, a socialização e o desejo de criar e inventar. Através da brinquedoteca universitária é oportunizado aos acadêmicos, professores e comunidade em geral, momentos de aprendizagem, envolvendo a formação pedagógica e lúdica, através de jogos e materiais que são utilizados por professores e acadêmicos dos cursos de licenciatura para inúmeras práticas pedagógicas e estágios, que fazem parte da formação acadêmica docente, considerando a práxis pedagógica e lúdica, vivenciada no processo formativo. Neste percurso as ações vivenciadas no espaço da brinquedoteca envolvem: visitas orientadas de escolas de abrangência da Universidade; grupos de estudos envolvendo temáticas como: ludicidade, brinquedoteca, formação lúdica; oficinas de exploração e confecção de jogos e brinquedos; gincanas e eventos recreativos. O espaço da Brinquedoteca dentro da Universidade oportuniza a toda a comunidade de aprendizagem, composta por professores, acadêmicos e

---

<sup>1</sup> Acadêmica bolsista do Projeto Brinquedoteca Universitária - URI - Câmpus de Frederico Westphalen - e-mail: gicursonormal@gmail.com

<sup>2</sup> Professora orientadora do Projeto Brinquedoteca Universitária - URI - Câmpus de Frederico Westphalen - e-mail: rosane@uri.edu.br

crianças, o direito ao brinqueado, à brincadeira e ao desenvolvimento do brincar.

**Palavras-chave:** Brinquedoteca. Universidade. Pedagogia. Brincar. Aprender.

## ANÍSIO TEIXEIRA: UMA VIDA DEDICADA À EDUCAÇÃO

*Caroline Luísa Ludwig Führ<sup>1</sup>*

*Jaqueline Moll<sup>2</sup>*

Esse estudo tem como objetivo apresentar algumas considerações históricas sobre a obra e o legado deixado pelo educador Anísio Spínola Teixeira, um dos mais expressivos intelectuais brasileiros do século XX. Sua trajetória é admirável, bem como sua persistência na defesa da democracia e da educação pública de qualidade para todos, sem distinção. Destacar as contribuições de Anísio Teixeira para a educação de nosso país no ano em que se completa os 120 anos do seu nascimento é uma homenagem a um dos maiores defensores do direito à educação de nosso país. Um dos responsáveis pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, escrito em 1932, Anísio Teixeira fez parte de um seleto grupo de intelectuais cuja maior preocupação e por que não dizer sonho, na primeira metade do século XX, foi organizar a nação e preparar o povo através de uma cultura que de fato priorizasse a igualdade pela instrução pública, o direito social e a democratização de um ensino de qualidade. O presente resumo destaca momentos decisivos da sua biografia, sua inspiração e afeição as ideias propostas pelo filósofo norte-americano John Dewey- que foi seu professor, além de evidenciar suas motivações enquanto educador. Pioneiro na luta pela implantação das escolas públicas em todos os níveis, Anísio defendia que a escola deveria ser gratuita, laica, democrática e de tempo integral beneficiando professores e alunos, exemplo disso foi a Escola Parque, fundada por ele em Salvador, e mais tarde sendo implantada também na cidade do Rio de Janeiro e em Brasília. O educador propôs, além deste modelo escolar, a criação de fundos financeiros para a educação, sendo o estudioso que pensou a educação em todas as suas esferas, desde o seu financiamento até sua parte pedagógica. Estudar Anísio Teixeira nos dias de hoje nos permite afirmar que este era um homem à frente do seu tempo, e foi sem dúvida uma figura ímpar na história de nosso país, que lutou e buscou incansavelmente a democratização e universalização do ensino e da pesquisa como alternativa necessária para o avanço e progresso do país. Que seu legado e sua luta não tenham sido em vão e possam ainda hoje nos servir de

---

<sup>1</sup> Professora da EMEF Padre Antonio Michels de São Martinho-RS. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: cllfuhr@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: química da vida e saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jaquelinemoll@gmail.com.

inspiração e assim como ele, possamos continuar lutando e acreditando que uma sociedade, um país melhor, começa a ser construído dentro de nossas escolas, pelas mãos de nossos professores.

**Palavras-chave:** Educação brasileira. Educação para a democracia. Escola Pública.

## O DIREITO À EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR

*Maria Cristina Gubiani Aita<sup>1</sup>*

*Jaqueline Moll<sup>2</sup>*

Atualmente a maioria dos países no mundo em seus atos normativos, garante o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação básica (CURY,2002). No Brasil a carta Magna do país de 1988, é considerada um marco no processo de redemocratização, especialmente no que se refere ao direito à educação pública e de qualidade para todos. Este estudo apresenta como tema a Educação Integral enquanto direito dos estudantes a outros tempos e espaços de formação humana e objetiva apresentar as propostas que foram consideradas como indutoras das políticas de Educação Integral, no país. A metodologia parte de um levantamento bibliográfico, a partir das publicações em livros, periódicos que abordam o tema, e documental, para extrair informações sobre o Programa Mais Educação, foco desta pesquisa. Como resultados podemos destacar alguns educadores que estiveram à frente de uma tomada de consciência da realidade educacional, em determinado período, resgatando a educação pública e a escola democrática e progressista, que têm como princípio a liberdade de pensamento e a igualdade de oportunidade para todos. Apontamos aqui, Anísio Teixeira pela notoriedade de sua contribuição para a educação e pela proposta para a organização do ensino básico brasileiro como política pública, a Escola Parque, que foi considerada inovadora por ofertar a educação pública com qualidade, momento este considerado com nascedouro da proposta de Educação Integral. Também merece destaque os Centros Integrados de Educação Pública, propostos por Darcy Ribeiro. As duas proposições, de acordo com Mol (2012), foram consideradas marcos no que se refere ao debate da Educação Integral, compreendida como educação escolar de dia inteiro. Há frequentes

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen. Mestre em Educação pela Unisinos. Doutoranda em Educação -PPGEDU/URI-Câmpus de Frederico Westphalen. maita@uri.edu.br.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen. Doutora em Educação.Orientadora.jaqueline@uri.edu.br

manifestações que reforçam a importância da Educação Integral, seja nos textos legais, Declarações e Diretrizes que propõem a ampliação da jornada escolar, com um currículo pretendido a partir de um projeto educativo inovador. Por meio de [Portaria Interministerial 17/2007](#) e regulamentado pelo [Decreto 7.083/10](#), o Programa Mais Educação (PME) foi estruturado a partir de uma agenda de Educação Integral e da desnaturalização da escola de turno único, para ser implantado nas escolas públicas, ampliando a jornada escolar para no mínimo sete horas diárias, com a oferta de atividades denominadas macrocampos. Nesta perspectiva, diversos materiais foram elaborados com orientações, dos quais citamos: Série Mais Educação. Educação Integral. Texto Referência para debate (2009); Série Mais Educação. Gestão Intersetorial no território (2009). Programa Mais Educação.: passo a passo (2011); Manual Operacional de Educação Integral (2012). As escolas públicas, nos mais variados lugares do Brasil, que assumiram o PME, puderam vivenciar perspectivas de aprendizado e cidadania, bem como novos tempos e espaços educativos ultrapassando a ideia de que somente a escola de turno único é responsável pelo direito à educação e à formação humana e integral necessária aos estudantes das redes públicas de ensino.

**Palavras-chave:** Direito a educação. Educação Integral. Programa Mais Educação. Jornada escolar ampliada

## QUATRO TRONCOS MISSIONEIROIS: A DIFUSÃO DA NOSSA CULTURA ENQUANTO DIREITO DE CIDADANIA

*Regina Tayrini Bassani Carpenedo*

*Lizandra Andrade Nascimento*

O projeto de extensão titulado “Quatro Troncos Missioneiros – Conhecer para Valorizar” visa promover a difusão e a valorização da cultura missioneira, em virtude da relevância do amplo conhecimento do legado dos artistas da Região das Missões do Rio Grande do Sul pelas novas gerações. A URI – São Luiz Gonzaga operacionaliza a compilação de informações a respeito da produção artístico-cultural de: Cenair Maicá, Noel Guarany, Jayme Caetano Braun e Pedro Ortaça, denominados “Quatro Troncos Missioneiros” (conforme LP lançado em 1988 e relançado em 2000), posto que suas composições relatam histórias de bravura e superação. O repertório dos referidos artistas configura um referencial sobre a arte e a cultura das Missões. A análise das letras das payadas e das músicas desses quatro expoentes missioneiros permite constatar a defesa dos ideais de liberdade, de fraternidade, de respeito à mulher e aos recursos naturais. Valores essenciais na contemporaneidade. Por seu pioneirismo na constituição da identidade missioneira, a obra dos troncos missioneiros merece ser amplamente conhecida e valorizada. Utiliza-se no estudo, o método de abordagem dedutivo e a análise interpretativa das músicas e payadas, realizando-se, ainda, a contextualização das manifestações artístico-culturais destes e de outros artistas missioneiros. A pesquisa é do tipo bibliográfica, consultando-se livros e artigos acerca da temática. Espera-se obter como resultados, a ampla divulgação da cultura missioneira, elaborando material impresso e digital referente à obra dos Troncos Missioneiros, preservando a história das produções artísticas locais e sua essência. Por meio de atividades junto à rede pública de ensino de São Luiz Gonzaga, serão desenvolvidas oficinas nas escolas, visando envolver o público jovem, instigando o orgulho e amor a cultura e história da Região das Missões. Como temas transversais, no decorrer do projeto, busca-se tratar de temas como as riquezas ambientais, culturais e históricas do Rio Grande do Sul, a valorização da mulher, do índio, do gaúcho e do trabalhador rural, os quais muitas vezes acabam sendo negligenciados nesta fase inicial da construção do conhecimento, porém de grande valia para o aperfeiçoamento e amadurecimento dos estudantes como cidadãos missioneiros. O foco é



enaltecer o legado histórico e cultural missioneiro, a fim de ampliar o conhecimento a respeito das músicas, payadas e demais produções dos quatro troncos missioneiros, tornando-se agentes na preservação do legado missioneiro. Dessa forma, o presente estudo relaciona-se com o direito educativo, posto que o acesso à cultura precisa ser concebido como um direito de todo cidadão.

**Palavras-chave:** Cultura. Direito. Cidadania.

## DIREITO À DESCONEXÃO DOS PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA

*Daniela Jéssica Veroneze<sup>1</sup>*

*Chanauana de Azevedo Canci<sup>2</sup>*

*Jaqueline Moll<sup>3</sup>*

É objetivo deste resumo, compreender, por meio de uma metodologia qualitativa, o direito à desconexão como essencial aos professores. As transformações no âmbito do trabalho e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação levam também a um aumento e uma conexão intermitente ao trabalho, mesmo nos períodos considerados de descanso. É de longa data o trabalho dos professores para além dos muros da sala de aula, e com a pandemia da Covid-19, houve um aumento da carga horária efetivando novos meios de comunicação entre gestão, docentes, alunos e famílias. Neste contexto, se torna fundamental discutir a agregação e o cumprimento do direito à desconexão, já em debate no Brasil e no mundo, como direito fundamental da pessoa humana, bem como de legitimar, regulamentar e fiscalizar tal direito na vida dos professores. Sendo assim, são de fundamental importância as discussões quanto ao direito de desconexão no campo educacional, acendendo-se alguns sinais de alerta: Primeiro, o de tornar consciente a imprescindibilidade de um direito à desconexão regulamentado para todos os trabalhadores e classes; Segundo, que se possa estipular de forma legal, no âmbito da sociedade civil, regramentos que regulamentem o uso dos meios de comunicação (dentro e fora das empresas e contratos de trabalho) e o trabalho em *home office* especificamente para professores, atentando-se para que estes mecanismos jurídicos não se concentrem no controle e vigilância, nem causem prejuízos múltiplos para a sociedade. O momento para discutir e fixar o direito à desconexão é emergente. Aguarda-se o posicionamento legislativo, esperando-se que essa questão, que adveio tão rapidamente, também seja o mais brevemente possível regulamentada.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Câmpus de Frederico Westphalen. Bolsista CAPES/Brasil. E-mail: dveroneze@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pelo PPGEDU da URI/FW. Bolsista CAPES/Brasil. E-mail: chana.canci@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora do PPGEDU da URI/FW. E-mail: jaquelinemoll@gmail.com

**Palavras-chave:** Trabalho docente. Pandemia. Aulas remotas. Direito à desconexão.

## **REFERÊNCIAS**

CARDIM, T. C. G. Direito à desconexão: um novo direito fundamental do trabalhador. In: VEIGA, F. S. et al. **Direitos fundamentais e inovações no direito**. Porto: IBEROJUR, 2020. p.143-150.

MAFRA, M. V. Direito à desconexão no universo do trabalho. In: GUERRA, G. A. D.; VASCONCELOS, R. G.; CHADI, R. (Orgs.). **Direito do Trabalho**. Volume II. Belo Horizonte: FUMARC, 2015. Disponível em: <<https://bityli.com/2L7PJ>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

MOREIRA, T. A. C. Algumas questões sobre o direito à desconexão dos trabalhadores. **Minerva Revista de Estudos Laborais**, Braga, Ano IX-I, s. 4, n. 2, p. 129-166, 2019. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/mrel/article/view/2755>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

SILVA, A. A. B.; MACIEL, M. N. C. Metamorfoses do mundo do trabalho e dano existencial: o direito à desconexão do trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 117, p. 11-53, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/567>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

## TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19: COMO FICAM O TRABALHO E A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES?

*Daniela Jéssica Veroneze<sup>1</sup>*

*Chanauana de Azevedo Canci<sup>2</sup>*

*Arnaldo Nogaro<sup>3</sup>*

Este trabalho objetiva, por meio da metodologia qualitativa, apresentar um panorama sobre o trabalho docente em tempos de pandemia, diante da situação atípica vivenciada em decorrência da Covid-19, que qual altera substancialmente a forma de viver em sociedade e de relacionar-se. A nova realidade experimentada modificou as formas de trabalho de todos os setores, refletindo também no campo da educação. O distanciamento social, bem como o trabalho remoto e a necessidade de realização de atividades à distância sobreveio rapidamente, fazendo com que os professores tivessem que adaptar-se na mesma velocidade a novos modelos de aula. Essa mudança abrupta acaba por gerar uma convergência entre questões de ordem profissional e pessoal. Nesta perspectiva, se professores continuarem assumindo tarefas sem reivindicar seus direitos, sem impor limites e se autocondicionarem para a exacerbação do trabalho, é possível que essas medidas emergenciais continuem a sobrecarregar e a vigiar seu trabalho futuramente. A sobrecarga gera também uma falta de tempo para a contemplatividade da vida e do contexto que se experiencia, assumindo mais e novas tarefas, mudando (velada e consentidamente) o conteúdo da própria profissão. O trabalho docente sempre esteve muito além dos limites de espaço e tempo destinados nas contratações, e os professores que, até então, não tinham tanta pretensão em responder via canais de mensagem alunos e pais, passaram, no período de pandemia a fazê-lo de forma imediata, produtivista e também se atentando as dificuldades e anseios surgidos. Acende-se, porém, sinais de alerta para com essas discussões: Primeiro, a fundamentalidade de uma consciência coletiva de

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Câmpus de Frederico Westphalen. Bolsista CAPES/Brasil. E-mail: dveroneze@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pelo PPGEDU da URI/FW. Bolsista CAPES/Brasil. E-mail: chana.canci@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em Educação. Professor do PPGEDU da URI/FW. E-mail: narnaldo@uricer.edu.br.

que é necessário respeitar os limites da jornada de trabalho, haja vista que, a naturalização de trabalhar além do contratado se dá por parte tanto do empregador quanto do empregado, sem que tenham consciência das consequências advindas desse ato; Segundo, a necessidade de garantia desses direitos, evitando a crescente substituição de trabalhadores por máquinas e sistemas (tema este que não é novo e vem se mostrando cada vez mais presente e em ascensão).

**Palavras-chave:** Trabalho docente. Pandemia. Aulas remotas. Saúde do professor.

## REFERÊNCIAS

PEREIRA, A. J.; NARDUCHI, F.; MIRANDA, M. G. Biopolítica e educação: os impactos da pandemia de Covid-19 nas escolas públicas. **Revista Augusta**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 219-236, jul./out. 2020. Disponível em: <<https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/554>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

TOSTES, M. V. *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em debate**, vol. 42, n. 116, 2018.

Z Aidan, J. M.; Galvão, A. C. Covid-19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada. In: Augusto, C. B.; Santos, R. D. (Orgs.). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Instituto Defesa da Classe trabalhadora, 2020. Disponível em: <<http://www.defesaclasetrabalhadora.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Pandemias-e-pandem%C3%B4nio-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

A presente edição foi composta pela URI, em caracteres Book Antiqua, pela Editora URI - Frederico Westph, publicada em formato PDF, em dezembro de 2020.